ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO NA GESTÃO ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA DO IFSUL: APONTAMENTOS INICIAIS

Cacildo dos Santos Machado [1]

Elena Billig Mello [2]

Resumo:

O trabalho ora apresentado refere-se ao projeto de pesquisa ainda em desenvolvimento, requisito obrigatório no Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA, da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento. Essa pesquisa inicial problematiza sobre influências e impactos da política educacional para o Ensino Médio na gestão administrativo-pedagógica do Instituto Federal Sul-rio-grandense, em Santana do Livramento, a partir das mudanças propostas pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Em consonância, apresenta-se o objetivo geral - investigar influências e impactos da atual política educacional para o Ensino Médio na gestão administrativo-pedagógica do Instituto Federal Sul-rio-grandense, em Santana do Livramento; tendo como referenciais teóricos principais Stephen Ball e seus colaboradores, que versam sobre o Ciclo de Política, e os estudos de Amartya Sem, no que se refere ao desenvolvimento como liberdade. Esta pesquisa está calcada no estudo de ações de governo, no papel do Estado e o texto da política resultante das mudanças curriculares relacionadas ao Ensino Médio brasileiro. Deste modo, adotou-se a perspectiva institucionalista para o estudo em tela, o qual terá como área de abrangência, a cidade de Santana do Livramento/RS, localizada na fronteira com a cidade de Rivera, República Oriental do Uruguai (R.O.U.).

Palavras-chave: Educação; Desenvolvimento; Política Pública

Modalidade de Participação: Pós-Graduação

ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO NA GESTÃO ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA DO IFSUL: APONTAMENTOS INICIAIS

[1] Aluno de pós-graduação. cacildomachado@ifsul.edu.br. Autor principal

[2] Docente. profelena@gmail.com. Orientador

ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO NA GESTÃO ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE: APONTAMENTOS INIIAIS

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado refere-se ao projeto de pesquisa ainda em desenvolvimento, requisito obrigatório no Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA, da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento. Essa pesquisa inicial problematiza sobre influências e impactos da política educacional para o Ensino Médio na gestão administrativo-pedagógica do Instituto Federal Sul-rio-grandense, em Santana do Livramento, a partir das mudanças propostas pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Em consonância, apresenta-se o objetivo geral - investigar influências e impactos da atual política educacional para o Ensino Médio na gestão administrativo-pedagógica do Instituto Federal Sul-rio-grandense, em Santana do Livramento; tendo como referenciais teóricos principais Stephen Ball e seus colaboradores, que versam sobre o Ciclo de Política, e os estudos de Amartya Sem, no que se refere ao desenvolvimento como liberdade.

Esta pesquisa está calcada no estudo de ações de governo, no papel do Estado e o texto da política resultante das mudanças curriculares relacionadas ao Ensino Médio brasileiro. Deste modo, adotou-se a perspectiva institucionalista para o estudo em tela, o qual terá como área de abrangência, a cidade de Santana do Livramento/RS, localizada na fronteira com a cidade de Rivera, República Oriental do Uruguai (R.O.U.).

2 METODOLOGIA

Neste momento, passa-se ao detalhamento da metodologia pretendida a ser aplicada no desenvolvimento da pesquisa. Com o intuito de que os objetivos previamente apresentados sejam alcançados, “tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queira confirmar, ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato” (LAKATOS, MARCONI, 2003, p.163). O estudo está sendo realizado por meio da descrição das variáveis, influências e impactos, possivelmente ocasionadas pela atual política educacional brasileira, no plano de observação escolhido, o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), em Santana do Livramento. Apresenta caráter qualitativo, tendo o estudo de caso como método de pesquisa, com observação participante, e realização de entrevista semiestruturada e aplicação de questionário; também a pesquisa documental e bibliográfica. Serão sujeitos da pesquisa: reitor, pró-reitor de ensino, diretor-geral, chefes de departamento de ensino, pesquisa e extensão (DEPEX) e de administração do IFSul. Complementando a participação de alunos dos três cursos em funcionamento: Informática para Internet, Eletroeletrônica e Sistema de Energias Renováveis, todos de nível ensino médio-técnico do IFSul, Campus Santana do Livramento. A opção destes atores justifica-se na possibilidade de que sejam atingidos, seja positiva ou negativamente, pelas ações político-governamentais, a partir da atual política educacional para o Ensino Médio.

Após todas as demais definições necessárias para a metodologia a ser aplicada neste estudo, entende-se pertinente utilizar a análise de conteúdo para realizar a análise dos dados obtidos. Este modelo metodológico permite, dentre outras coisas, que os instrumentos utilizados sejam adequadamente analisados e arranjados de forma escrita. “Em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas da análise de conteúdo” (BARDIN, p. 32).

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Estando a pesquisa em desenvolvimento, em fase de projeto de pesquisa propriamente dita, passa-se a apresentar o plano de observação, na intenção de evidenciar a relevância do estudo proposto. No ano de 2010, a idealização de uma política pública em educação técnica federal para a região de fronteira começa a se estruturar de fato, por meio da assinatura da Ata de Entendimento entre o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) e *Consejo de Educación Técnico Profesional*[1] (CETP) e *Universidad del Trabajo del Uruguay*[2] (UTU). A assinatura desta Ata ocorreu no dia 20 de outubro do mencionado ano, oficializando o lançamento dos Cursos Técnicos Binacionais. O pioneirismo nesta modalidade de cursos técnicos federais binacionais no Brasil está agregado ao desejo da Instituição em realizar de fato políticas públicas para o desenvolvimento regional por meio da educação.

A partir do ano de 2011 as primeiras turmas tiveram suas aulas ministradas no Brasil, utilizando inicialmente espaço cedido pela Escola Estadual de Ensino Médio Professor Chaves até o final do ano letivo de 2012. A partir do primeiro semestre letivo de 2013, inicia o IFSul a utilizar sua nova sede, está localizada na Rua Paul Harris, nº 410, em frente a linha divisória dos dois países, a aproximadamente 50 (cinquenta) metros do território uruguaio. Neste ambiente, os alunos, servidores, colaboradores e comunidade em geral, podem contar com salas administrativas, salas de aula, laboratórios de informática, auditório para 135 pessoas entre outras dependências.

Os cursos técnicos binacionais possuem a expectativa de constituir suas turmas com 32 (trinta e dois) alunos por ingresso, destinando metade delas para candidatos brasileiros e a outra metade para os candidatos uruguaios. Como se tratam de cursos federais, a questão da responsabilidade com o erário público é verificada na intenção de preenchimento total das turmas, adotando-se para este fim o encaminhamento das vagas remanescentes do IFSul para a UTU e vice-versa.

Quanto à forma de seleção, esta deve obedecer ao ordenamento jurídico vigente em cada país, mantendo-se, portanto, a soberania de cada um dos atores envolvidos no processo. Assim, a seleção dos alunos é realizada individualmente por cada uma das instituições, onde o IFSul é responsável pelo ingresso dos brasileiros, atualmente por meio de aplicação de prova de vestibular e posteriormente realiza a matrícula dos candidatos aprovados. Já as 16 vagas destinadas ao público uruguaio, o CETP – UTU mantém o seu sistema de ingresso, onde o candidato realiza um cadastramento por meio de uma ficha de inscrição - *Solicitud de Inscripción o Reinscripición*[3]*,* indicando o curso pretendido.

Hoje, estão sendo disponibilizados 06 (seis) cursos técnicos em educação profissional tecnológica, na modalidade presencial, de duas formas distintas de ensino, a subsequente ou pós-médio e a integrada. Esta última engloba o currículo das disciplinas propedêuticas escolares com as disciplinas técnicas específicas de cada curso, com tempo normal de duração de 04 (quatro) anos. Para os cursos na forma subsequente ou pós-médio, o período esperado para a conclusão é de 02 (dois) anos.

Os cursos são ofertados tanto no IFSul quanto na sede da UTU em Rivera, tendo-se o cuidado de não ocorrer o espelhamento dos mesmos. Dos 06 cursos em atividade, 03 (três) deles são ministrados no IFSul, o de Informática para Internet e Sistema de Energias Renováveis, disponibilizados nas duas formas de ensino, além do curso em Eletroeletrônica, exclusivamente no formato integrado. No lado uruguaio, na cidade de Rivera, a UTU ministra os cursos de Controle Ambiental, Logística e Gastronomia, todos na forma pós-médio. Nota-

[1] Conselho de Educação Técnica Profissional - República Oriental do Uruguai.

[2] Universidade do Trabalho do Uruguai.

[3] Solicitação de Inscrição ou Reinscrição.

se que a integração ocorre tanto com o deslocamento de alunos brasileiros para estudarem no lado uruguaio (UTU), quanto os uruguaios que vêm para o Brasil (IFSul), além da própria integração que existe dentro da sala de aula. As disciplinas são ministradas na língua materna de cada instituição, tendo aulas de português e espanhol nas duas instituições e em todos os cursos.

Para os cursos técnicos binacionais ora em estudo, a diplomação é outro ponto de grande relevância, com um diferencial se comparado com os demais cursos técnicos. Isto se deve ao fato receber a chancelaria dos Ministérios da Educação do Brasil e Uruguai, tornando-se um diploma binacional. Isto implica em uma inovação no que tange aos diplomas de conclusão dos cursos, sobretudo a respeito de sua validade, que ocorre tanto no Brasil quanto no Uruguai, com reconhecimento automático para o livre exercício profissional nos dois Estados.

Acredita-se que este modo de certificação apareça como um atrativo aos estudantes, pois amplia o mercado de trabalho destes profissionais, considerando que torna desnecessário o processo de revalidação do título de técnico em qualquer uma das áreas ofertadas. Isto permite uma maior agilidade e facilidade para o início do exercício de atividades profissionais em ambos os países.

Com isto, identifica-se na certificação a integração política entre ambos os Estados, os quais firmam em conjunto, documento que oficializa o egresso dos cursos técnicos a se inserirem no mercado de trabalho, não só em regiões de fronteira, mas também em todo o território brasileiro e uruguaio.

Hoje, estão sendo disponibilizados 06 (seis) cursos técnicos em educação profissional tecnológica, na modalidade presencial, de duas formas distintas de ensino, a subsequente ou pós-médio e a integrada. Esta última engloba o currículo das disciplinas propedêuticas escolares com as disciplinas técnicas específicas de cada curso, com tempo normal de duração de 04 (quatro) anos. Para os cursos na forma subsequente ou pós-médio, o período esperado para a conclusão é de 02 (dois) anos.

Os cursos são ofertados tanto no IFSul quanto na sede da UTU em Rivera, tendo-se o cuidado de não ocorrer o espelhamento dos mesmos. Dos 06 cursos em atividade, 03 (três) deles são ministrados no IFSul, o de Informática para Internet e Sistema de Energias Renováveis, disponibilizados nas duas formas de ensino, além do curso de Eletroeletrônica, exclusivamente no formato integrado. No lado uruguaio, na cidade de Rivera, a UTU ministra os cursos de Controle Ambiental, Logística e Gastronomia, todos na forma pós-médio. Nota-se que a integração ocorre tanto com o deslocamento de alunos brasileiros para estudarem no lado uruguaio (UTU), quanto os uruguaios que vêm para o Brasil (IFSul), além da própria integração que existe dentro da sala de aula. As disciplinas são ministradas na língua materna de cada instituição, tendo aulas de português e espanhol nas duas instituições e em todos os cursos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho encontra-se em desenvolvimento, não havendo ainda resultados concretos a serem apresentados. No entanto, acredita-se ser o tema atual e relevante para a academia, uma vez que se propõe a pesquisar possíveis impactos e influências oriundas de política de governo, neste caso, a reforma de parte do arcabouço jurídico do ensino médio. Tem-se como referencias teóricos Stephen Ball e seus colaboradores e dos estudos de Amartya Sen. Estima-se que os primeiros, dentre outras coisas, sobre os tratam dos contextos da influência, do texto da política e da prática da política, servirão para compreender melhor a implantação do plano de observação escolhido para essa análise, enquanto política pública

desenvolvimentista. Além disto, tais contextos de Ball, poderão demonstrar os impactos e influências na gestão administrativo-pedagógica nesta unidade de ensino. Quanto aos estudos de Sen, incialmente será abordado pela perspectiva de que o crescimento econômico não é fonte exclusiva de desenvolvimento, e que dentre vários fatores, a educação pode ser vista como fonte primordial de libertação do indivíduo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. L'Analyse de Contenu. Presses de Universitaires de France, 1977. (Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro). Edições 70 Ltda. Lisboa.

BRASIL. Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e ba- ses da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Edu- cação Básica e de Valorização dos Profis- sionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo De- creto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fo- mento à Implementação de Escolas de En- sino Médio em Tempo Integral. Disponível em http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.415-2017?OpenDocument Acesso em: 07 Abr. 2018.

BRASIL, Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre os governos da República Federativa do Brasil e o governo da República Oriental do Uruguai, 12 de junho de 1975. Disponível em: http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=682&Itemid=9. Acesso em: 07 Abr. 2018.

_____. Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da república Oriental do Uruguai para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/Ou Técnicos e para credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_55. Acesso em: 09 Abr. 2018.

_____. Decreto Nº 5.105, de 14 de Junho de 2004. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e uruguaios, de 21 de Agosto de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5105.htm. Acesso em: 10 Abr. 2018.

_____. Decreto Nº 8.455, de 20 de Maio de 2015; Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o Credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços, firmado em Brasília, em 1º de abril de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8455.htm. Acesso em: 09 Abr. 2018.

DINIZ. Miguel Ângelo Pereira, MELLO. Luciano de Moura (Org.). Cursos binacionais: relatos de uma experiência inovadora. Santana do Livramento: Ed. Cia do eBook, 2015. 249

p. Disponível em: file:///C:/Users/Vaio/Downloads/Cursos%20binacionais%20-%20VERS%C3%83O%20FINAL%20(1)%20(3).pdf Acesso em: 08 Abr. 2018.

GIL, Antônio Carlos, 1946. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

PROJETO DE CURSO SANTANA
Disponívelem:vhttp://www.ifsul.edu.br/proen/adm/documento_projeto/SL_TII_S_PPC_Informatica_para_Internet.pdf. Acesso em: 06 Abr. 2018.